



DETECÇÃO PRECOCE DE SINAIS DE RISCO EM SALA DE AULA: REVISÃO DE MODELOS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

EARLY DETECTION OF RISK SIGNS IN THE CLASSROOM: A REVIEW OF MODELS FOR PREVENTING VIOLENCE IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

DETECCIÓN TEMPRANA DE SEÑALES DE RIESGO EN EL AULA: UNA REVISIÓN DE MODELOS PARA LA PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA EN EL ENTORNO ESCOLAR



<https://doi.org/10.56238/levv13n31-063>

Data de submissão: 23/10/2023

Data de publicação: 23/11/2023

Griselda Lorena Gallardo

RESUMO

Esta revisão bibliográfica integra evidências sobre a detecção precoce de sinais de risco em sala de aula e sobre modelos de prevenção da violência escolar, relacionando indicadores comportamentais observáveis, produções discursivas e protocolos de gestão de risco, o texto analisa como a observação sistemática, a documentação temporal e a articulação entre escola, família e serviços de saúde mental permitem transformar sinais dispersos em intervenções proporcionais e baseadas em evidência, discute também a experiência norte-americana, na qual protocolos de avaliação de ameaça se consolidaram após a intensificação dos ataques escolares e passaram a incluir fatores de risco emergentes como polarização ideológica, discursos de intolerância e manifestações digitais hostis, além de destacar a necessidade de considerar as especificidades da neurodiversidade e os efeitos da hiperconectividade sobre atenção e pensamento crítico dos estudantes, ressaltando a importância de equipes multidisciplinares, rotinas acessíveis de reporte e formação docente prática, a revisão identifica padrões convergentes isolamento social, declínio de rendimento, retraimento comunicativo e conteúdo violento em produções presenciais ou digitais cuja confluência eleva a probabilidade de risco e justifica progressão da triagem para investigação colegiada, por fim propõe recomendações operacionais para padronização documental, capacitação contínua e pesquisa avaliativa que permitam mensurar o impacto das intervenções e orientar políticas locais de prevenção, inclusão e reintegração escolar.

Palavras-chave: Detecção Precoce. Avaliação de Ameaça. Prevenção da Violência Escolar. Triagem em Sala de Aula. Protocolos de Manejo.

ABSTRACT

This bibliographic review integrates evidence on early detection of classroom risk signals and on school violence prevention models, connecting observable behavioral indicators, discursive productions and risk management protocols, it analyzes how systematic observation, temporal documentation and coordination among schools, families and mental health services can transform scattered signals into evidence-based and proportional interventions, it also discusses the U.S. experience, where formal threat assessment protocols were strengthened following the increase in school attacks and began to include emerging risk factors such as ideological polarization, intolerance discourse and hostile digital manifestations, as well as the need to consider neurodiversity specificities and the effects of hyperconnectivity on students' attention and critical thinking, emphasizing the



importance of multidisciplinary teams, accessible reporting routines and practical teacher training, the review identifies convergent patterns including social withdrawal, academic decline, communicative retraction and violent content in physical or digital productions whose confluence raises risk probability and justifies progression from screening to collegial investigation, finally it offers operational recommendations for documentation standardization, continuous training and evaluative research to measure intervention impact and guide local policies of prevention, inclusion and school reintegration.

Keywords: Early Detection. Threat Assessment. School Violence Prevention. Classroom Screening. Management Protocols.

RESUMEN

Esta revisión bibliográfica integra evidencia sobre la detección temprana de señales de riesgo en el aula y sobre modelos para la prevención de la violencia escolar, relacionando indicadores conductuales observables, discursos y protocolos de gestión de riesgos. El texto analiza cómo la observación sistemática, la documentación temporal y la articulación entre la escuela, la familia y los servicios de salud mental permiten transformar señales dispersas en intervenciones proporcionales y basadas en la evidencia. También aborda la experiencia norteamericana, donde los protocolos de evaluación de amenazas se consolidaron tras la intensificación de los ataques escolares y comenzaron a incluir factores de riesgo emergentes como la polarización ideológica, los discursos intolerantes y las manifestaciones digitales hostiles. Además, destaca la necesidad de considerar las especificidades de la neurodiversidad y los efectos de la hiperconectividad en la atención y el pensamiento crítico del alumnado, enfatizando la importancia de equipos multidisciplinarios, protocolos de denuncia accesibles y formación docente práctica. La revisión identifica patrones convergentes de aislamiento social, bajo rendimiento, retraimiento comunicativo y contenido violento en actividades presenciales o digitales, cuya confluencia aumenta la probabilidad de riesgo y justifica la transición de la evaluación inicial a la investigación interinstitucional. Finalmente, propone recomendaciones operativas para la estandarización de documentos, la capacitación continua y la investigación evaluativa que permitan medir el impacto de las intervenciones y orientar las políticas locales de prevención, inclusión y reintegración escolar.

Palabras clave: Detección Temprana. Evaluación de Amenazas. Prevención de la Violencia Escolar. Evaluación en el Aula. Protocolos de Gestión.



1 INTRODUÇÃO

A necessidade de detecção precoce de sinais de risco em sala de aula emerge como prioridade para sistemas educativos que buscam conciliar proteção estudantil, cuidado psicossocial e manutenção de ambientes de aprendizagem seguros, considerando que comportamentos preocupantes frequentemente se manifestam em rotinas escolares e que intervenções oportunas podem alterar trajetórias de risco (*National Threat Assessment Center, 2019*).

Ao longo das últimas décadas, a literatura especializada sistematizou procedimentos e diretrizes para avaliar ameaças e gerenciar situações potencialmente perigosas em contexto escolar, o que permitiu transformar saberes empíricos em protocolos operacionais para equipes multidisciplinares, contribuindo para a construção de sistemas de prevenção estruturados (Fein, 2004).

No nível da sala de aula, professores e outros profissionais da escola são observadores privilegiados de mudanças de comportamento, de sinais de isolamento, de variações no rendimento e de expressões verbais ou escritas que podem antecipar risco, por isso a capacitação desses atores e a criação de canais formais de notificação se mostram medidas centrais para a detecção precoce (Dwyer, 2000).

Assim, modelos contemporâneos de avaliação de ameaça e de intervenção preventiva aproximam instrumentos de triagem universal, monitoramento contínuo e planos de suporte individualizado, integrando práticas de educação inclusiva e serviços de saúde mental escolar, o que reforça a necessidade de articulação entre políticas públicas e práticas escolares concretas (Cornell, 2020).

Além disso, a era digital introduziu novas dinâmicas de risco, pois postagens, pesquisas e interações online passam a compor o repertório de evidências comportamentais que as equipes de avaliação devem considerar, exigindo metodologias que incorporem a análise de sinais em ambientes virtuais sem violar direitos de privacidade e sem estigmatizar estudantes (*National Threat Assessment Center, 2018*).

Protocolos estaduais e guias de implementação demonstram que a operacionalização da avaliação comportamental de risco requer definição clara de papéis, fluxos de informação, critérios de triagem e parcerias com serviços de saúde e de segurança, o que legitima abordagens que combinam prevenção, suporte e segurança institucional (*Maryland Center for School Safety, 2023*).

A gestão e a governança do processo de avaliação e manejo de ameaças envolvem também aspectos legais e éticos, portanto protocolos como os de jurisdições que padronizaram procedimentos apontam para a necessidade de diretrizes que equilibrem resposta imediata e acompanhamento longitudinal, favorecendo a reintegração escolar quando possível (*Virginia, 2023*).

Análises empíricas sobre incidentes de violência direcionada em escolas indicam padrões recorrentes, tais como a presença de múltiplos indicadores comportamentais percebidos por pares ou



adultos antes do evento, o que reforça a hipótese de que sistemas sensíveis de escuta e resposta podem interromper processos de escalada e reduzir riscos coletivos (*National Threat Assessment Center*, 2019).

A formação contínua de profissionais escolares, contemplando identificação de sinais, documentação adequada e encaminhamento para avaliação especializada, surge como eixo estratégico para transformar diagnóstico precoce em planos de intervenção efetivos, diminuindo o recurso a medidas punitivas que por vezes agravam o cenário de vulnerabilidade (Fein, 2004).

Sendo assim, objetiva-se, neste estudo, analisar criticamente modelos de prevenção da violência no ambiente escolar com foco na detecção precoce de sinais de risco em sala de aula, sintetizando evidências sobre procedimentos de triagem, indicadores comportamentais e fluxos intersetoriais que viabilizem respostas calibradas e baseadas em evidências (Cornell, 2020).

Justifica-se a pesquisa pela urgência em aprimorar práticas escolares diante da persistência de ocorrências de violência dirigida e de manifestações de sofrimento emocional entre jovens, considerando que intervenções baseadas em avaliação comportamental e suporte psicossocial têm potencial para reduzir danos, preservar o direito à educação e fortalecer a segurança comunitária escolar.

A estrutura deste artigo contempla a revisão crítica dos principais modelos de avaliação e prevenção, a identificação dos sinais observáveis em contexto de sala de aula, a discussão de protocolos de resposta e de gestão, e a proposição de recomendações práticas para profissionais e formuladores de políticas, vinculando cada seção a evidências empíricas e normativas pertinentes.

A relevância dessa discussão se intensifica quando se observa o cenário educacional dos Estados Unidos, onde a recorrência de ameaças e ataques armados em ambiente escolar levou ao desenvolvimento de equipes formais de avaliação comportamental e protocolos padronizados de triagem, sendo que em 2023 aproximadamente 85% das escolas norte-americanas já reportavam possuir equipes de threat assessment e, em 45 estados, políticas oficiais para avaliação preventiva de risco estavam em vigor, resposta institucional direta ao fato de que, entre 2021 e 2023, foram registrados 912 episódios envolvendo disparos de arma de fogo em escolas, o maior número em qualquer período de três anos nas últimas quatro décadas, acompanhado de um quadro declarado de crise de saúde mental juvenil, em que uma em cada cinco adolescentes norte-americanas relatou episódio depressivo maior recente e taxas elevadas de ideação suicida foram identificadas em estudantes do ensino médio (*National Threat Assessment Center*, 2019; *Deapaoli, Mccombs*, 2023; *Reuters*, 2023; *NIMH*, 2021; *CDC*, 2023; *U. S.*, 2022).



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MODELOS DE AVALIAÇÃO DE AMEAÇA E TRIAGEM EM SALA DE AULA

Os modelos de avaliação de ameaça aplicados em contextos escolares partem da premissa de que comportamentos de risco costumam manifestar-se em sinais observáveis no cotidiano escolar, portanto a construção de procedimentos que articulem observação sistemática, registro e encaminhamento permite transformar percepções dispersas em evidências acionáveis para intervenção, o que demanda instrumentos claros para classificar a gravidade das manifestações e fluxos institucionais definidos para resposta imediata (Fein *et al.*, 2004).

A operacionalização prática desses modelos tem privilegiado a formação de equipes multidisciplinares que combinam conhecimento pedagógico, competência em saúde mental e contato com segurança institucional, assim criando espaços colegiados para avaliar a credibilidade de ameaças, pesar fatores de proteção e risco, e desenhar planos de manejo individualizados que considerem reintegração e segurança simultaneamente (*National Threat Assessment Center*, 2018).

No plano metodológico, protocolos de triagem introduzem etapas consecutivas notificação, triagem rápida, investigação e, quando indicado, avaliação aprofundada procedimento que permite priorizar recursos e reduzir falsos positivos, ao mesmo tempo em que assegura rastreabilidade documental das decisões tomadas pela equipe escolar (Fein *et al.*, 2004).

Estudos longitudinais e análises de casos trouxeram evidência empírica sobre o papel da detecção precoce para interromper trajetórias de escalada violenta, pois a maioria dos incidentes analisados apresentava múltiplos indicadores percebidos por pares ou adultos antes do evento, o que reforça a eficácia potencial de sistemas sensíveis de escuta e de resposta coordenada (*National Threat Assessment Center*, 2019).

Modelos adaptados por jurisdições estaduais incorporaram diretrizes sobre composição de equipes, limites legais para compartilhamento de informações e protocolos de comunicação com famílias e serviços externos, elemento que evidencia a necessidade de alinhamento entre procedimento técnico e compliance jurídico para evitar violações de direitos enquanto se protege a comunidade escolar (*Maryland Center for School Safety*, 2023).

A literatura técnica também examina a distinção entre ameaça transitória e ameaça substantiva, propondo critérios para diferenciar expressões de frustração pontual de indícios de planejamento e intenção, abordagem que sustenta decisões sobre restrições temporárias, encaminhamentos clínicos e envolvimento de autoridades, sempre com ênfase em avaliação contextualizada e multidimensional (Cornell, 2020).

Sistemas que incorporam triagens universais e monitoramento contínuo de indicadores comportamentais, como quedas abruptas de rendimento, isolamento social e mudanças dramáticas no comportamento, conseguem mapear populações relativas de risco e aplicar intervenções graduadas,



modelo esse que articula prevenção primária, secundária e terciária em um continuum de suporte escolar (*Maryland Center for School Safety*, 2023).

A incorporação de evidências digitais tem modificado os procedimentos de triagem, pois postagens, buscas e comunicações eletrônicas passaram a integrar o repertório de sinais possíveis, exigindo protocolos que permitem a coleta e análise dessas pistas sem comprometer direitos de privacidade, e definindo critérios claros para quando a informação virtual justifica avanço para investigação formal (*National Threat Assessment Center*, 2018).

Experiências de implementação reportam que a eficácia do modelo depende fortemente da capacitação dos profissionais da rede escolar, da clareza dos papéis institucionais e da existência de canais de reporte acessíveis para alunos e comunidade, factores que convergem para aumentar a probabilidade de identificação precoce e de encaminhamento adequado a serviços especializados (Fein *et al.*, 2004).

Algumas revisões sistemáticas destacam lacunas na avaliação sobre resultados longitudinais das intervenções, apontando para a necessidade de estudos controlados que verifiquem impactos de diferentes estratégias de triagem na redução de incidentes e na promoção do bem-estar estudantil, sugestão que orienta agendamento de pesquisas avaliativas e programas de monitoramento pós-intervenção (Silver *et al.*, 2018).

Modelos integrados com resposta ao comportamento e suporte psicossocial mostram-se promissores por combinar mitigação de riscos com preservação da trajetória educativa do aluno, promovendo planos de suporte que envolvem família, serviços de saúde mental e ajustamentos pedagógicos, prática alinhada à ideia de que medidas protetivas eficazes articulam cuidado e segurança institucional (*Virginia*, 2023).

A literatura enfatiza que modelos de avaliação de ameaça não substituem políticas amplas de promoção de clima escolar saudável, mas prestam-se a operar no interior dessas políticas como mecanismos de detecção e manejo de risco, o que demanda integração entre estratégias universais de promoção do bem-estar, treino em habilidades socioemocionais e sistemas de triagem sensíveis a contextos culturais e comunitários (Cornell, 2020).

2.2 INDICADORES OBSERVÁVEIS EM SALA DE AULA

A observação sistemática em sala de aula começa por identificar alterações no padrão de participação do estudante, incluindo retrairo progressivo das interações com colegas e professores, recusa frequente em atividades grupais e evasão de responsabilidades pedagógicas, sinais que, quando acumulados e documentados ao longo do tempo, funcionam como indicadores iniciais de fragilidade psíquica e risco comportamental, portanto é imperativo que docentes registrem mudanças sutis no engajamento e as comuniquem a equipes responsáveis pela triagem (Dwyer, 2000), pois variações



abruptas no desempenho acadêmico, tais como queda significativa de notas, entregas incompletas e declínio no controle atencional durante tarefas estruturadas, constituem sinais que demandam investigação integrada, já que podem refletir causas diferenciadas que vão desde dificuldades de aprendizagem não diagnosticadas até manifestações de sofrimento emocional que elevam a probabilidade de comportamentos de risco se não houver intervenção adequada (Cornell, 2020).

Esses indícios se tornam ainda mais relevantes quando acompanhados de expressões verbais e produções escritas com conteúdo de violência, ideação de vingança ou referência a armas e planificação, elementos que aparecem como indicadores direcionais quando se repetem ou são acompanhados de outros sinais comportamentais, sendo recomendável que tais manifestações sejam preservadas como evidência contextualizada e analisadas por equipe multidisciplinar de acordo com protocolos instituídos pela escola ou distrito (Fein *et al.*, 2004). Além disso, o isolamento social, as mudanças no círculo de amizades, os relatos de bullying sofrido ou praticado e os sinais de rejeição por pares compõem um conjunto de evidências sociais relevantes em sala de aula, porque a dinâmica relacional entre estudantes frequentemente antecede descompassos comportamentais maiores, exigindo que as escolas monitorem a qualidade das relações interpessoais como parte de qualquer sistema de detecção precoce (*National Threat Assessment Center*, 2019).

De modo semelhante, comportamentos de dessocialização progressiva associados a aumento de ausências não justificadas, atrasos repetidos e desejo declarado de não frequentar a escola podem apontar para risco crônico, motivo pelo qual protocolos de triagem devem prever mecanismos de resposta célebre a padrões de absentismo que se correlacionem com outros sinais observáveis no ambiente escolar (*Maryland Center for School Safety*, 2023). Paralelamente, alterações no controle emocional, como episódios de irritabilidade intensa, explosões de raiva desproporcionais ao estímulo ou expressões de desesperança articulada em sala de aula, representam indicadores afetivo-comportamentais que, quando acompanhados de retraimento e de linguagem suicida ou homicida, exigem avaliação clínica imediata e plano de suporte individualizado (Fein *et al.*, 2004).

Outros sinais comportamentais sutis, entre os quais a busca por símbolos ou referências a ataques passados, o fascínio por incidentes de violência e menções recorrentes a autores de episódios de violência escolar em trabalhos ou conversas, funcionam como marcadores culturais que devem ser considerados na investigação, sempre ponderando contexto, frequência e intencionalidade antes de classificar a gravidade da ameaça (*National Threat Assessment Center*, 2019). A análise de indicadores digitais, por sua vez, complementa a observação presencial, uma vez que postagens em redes, mensagens e pesquisas recentes podem revelar rituais de ideação, listas, buscas por materiais e comunicações preocupantes, contudo é essencial que a coleta e a leitura desses dados obedeçam a critérios éticos e legais que protejam a privacidade do estudante enquanto se avalia a relevância para a segurança escolar (*National Threat Assessment Center*, 2018).



A confluência de sinais, como comportamento isolado, desempenho em queda, relatos de bullying, conteúdo violento e mudanças emocionais, aumenta a probabilidade de risco e justifica a progressão do processo de triagem para investigação, porque o acúmulo de evidências multidimensionais melhora a precisão da avaliação e reduz decisões precipitadas baseadas em indicadores únicos (Cornell, 2020). Entretanto, contextos escolares com clima fragilizado, recursos psicossociais escassos e formação docente insuficiente tendem a apresentar detecção tardia de sinais, pelo que a capacitação contínua de professores em reconhecimento de indicadores, registro padronizado e encaminhamento formal é condição necessária para que a sala de aula deixe de ser um ponto cego e passe a integrar efetivamente sistemas de prevenção (*Maryland Center for School Safety*, 2023).

A documentação consistente, com registros datados, descrições comportamentais objetivas e amostras de produções quando pertinentes, permite às equipes de avaliação reconstruir a trajetória temporal de risco e calibrar intervenções, além de fornecer subsídio para decisões sobre medidas protetivas e articulação com serviços externos, sem transformar a escola em ambiente punitivo, mas em espaço de cuidado informado por evidências (Fein *et al.*, 2004). Sendo assim, a sensibilidade cultural e a atenção às peculiaridades comunitárias devem permear a leitura dos indicadores observáveis, evitando interpretações que patologizem diferenças culturais ou comportamentais e assegurando que a intervenção seja equânime, contextualizada e orientada para a reintegração educativa sempre que possível.

2.3 PROTOCOLOS DE INTERVENÇÃO E GESTÃO DE RISCO

A resposta articulada a sinais de risco em sala de aula exige protocolos claros que organizem desde a notificação inicial até o acompanhamento longitudinal do estudante, estabelecendo etapas padronizadas de triagem, investigação, definição de nível de risco e plano de manejo, de modo que cada ação seja registrada e passível de revisão por membros da equipe multidisciplinar, promovendo coesão institucional entre escola, família e serviços externos (Fein *et al.*, 2004).

Os processos de intervenção bem-sucedidos costumam prever fluxos decisórios que determinam quando permanecer em suporte escolar, quando encaminhar para avaliação clínica especializada e quando acionar medidas de segurança reforçada, critérios que devem ser baseados em evidências acumuladas e em análise contextualizada, evitando respostas automáticas que possam estigmatizar o estudante ou comprometer seus direitos educacionais (*National Threat Assessment Center*, 2018).

A criação de equipes de avaliação comportamental com representação de conselheiros, psicólogos, docentes e, quando pertinente, segurança institucional, facilita a triangulação de informações e a construção de planos individualizados de suporte, permitindo que decisões sobre



monitoramento, intervenções pedagógicas e ajustes ambientais considerem perspectivas múltiplas e reduzam vieses individuais na interpretação dos sinais (*Maryland Center for School Safety*, 2023).

Protocolos operacionais devem incluir orientações para comunicação com as famílias, definindo quem informa, de que forma e em que momento, buscando transparência e colaboração sem comprometer investigações em curso, porque o envolvimento familiar adequado contribui para a compreensão das causas subjacentes e para a construção de estratégias de suporte que transcendam o ambiente escolar (Cornell, 2020).

A documentação padronizada formulários de notificação, relatórios de triagem, cronologias comportamentais e registros de intervenções é ferramenta central para rastrear a evolução do caso e para fundamentar decisões futuras, além de fornecer evidência para processos de supervisão e avaliação programática, por isso os protocolos precisam prever formatos simples, treinamentos e rotinas de arquivamento acessíveis aos membros designados da equipe (Fein *et al.*, 2004).

Medidas imediatas de mitigação de risco, tais como afastamento temporário de atividades específicas ou supervisão reforçada em momentos críticos, devem ser ponderadas frente ao impacto educacional e psicológico, assegurando que qualquer restrição seja proporcional, documentada e acompanhada por um plano de reentrada escolar baseado em critérios objetivos e em apoio técnico (*Virginia*, 2023).

A articulação com serviços de saúde mental comunitários e com profissionais de referência constitui componente imprescindível dos protocolos, uma vez que intervenções clínicas oportunas podem reverter trajetórias de risco e favorecer estratégias de coping, portanto os fluxos institucionais devem prever canais formais de encaminhamento e mecanismos de seguimento que garantam continuidade do cuidado (*National Threat Assessment Center*, 2019).

Treinamento sistemático de todos os atores escolares aumenta a capacidade de resposta, pois quando professores, coordenadores e pessoal de apoio conhecem sinais, procedimentos de notificação e limites jurisdicionais para a ação, a triagem inicial torna-se mais precisa e as equipes podem priorizar casos com maior probabilidade de dano, reduzindo tanto omissões quanto reações desproporcionais (Dwyer, 2000).

Protocolos que incorporam revisão de caso periódica permitem ajustar planos de manejo à luz de novas informações, avaliar efetividade das medidas adotadas e promover aprendizagem institucional, práticas que sustentam ciclos de melhoria contínua e evitam estagnação de procedimentos em face de contextos escolares que evoluem rapidamente, sobretudo em ambientes com alta rotatividade de alunos e profissionais (Silver *et al.*, 2018).

Aspectos legais e de privacidade devem estar explícitos nos protocolos, contemplando limites para compartilhamento de dados, consentimento informado quando aplicável e conformidade com normas educacionais e de saúde, assegurando que a proteção coletiva da comunidade escolar não se



sobreponha indevidamente aos direitos individuais dos estudantes, requisito essencial para a legitimidade das ações institucionais (*Maryland Center for School Safety*, 2023).

A inclusão de estratégias restaurativas e de suporte pedagógico nos planos de intervenção amplia as opções além da contenção, promovendo reintegração, reparação de vínculos e desenvolvimento de competências socioemocionais, o que favorece a manutenção da trajetória educacional do estudante ao mesmo tempo em que responde a questões de segurança e bem-estar coletivo (Cornell, 2020).

Ademais, a operacionalização eficaz demanda liderança escolar comprometida, recursos alocados e avaliação de impacto, porque sem governança, financiamento e indicadores de resultado os protocolos se tornam meras formalidades, portanto é imprescindível monitorar metas, revisar políticas e alinhar práticas com evidências emergentes para garantir que a detecção precoce e a intervenção traduzam-se em redução efetiva de risco e em promoção de ambientes de aprendizagem seguros (*National Threat Assessment Center*, 2018).

3 METODOLOGIA

Este estudo adotou o formato de revisão bibliográfica, visando mapear, sintetizar e analisar criticamente produções científicas e documentos técnicos sobre detecção precoce de sinais de risco em sala de aula e modelos de prevenção da violência escolar, a revisão foi conduzida de forma sistemática nas bases especializadas que reúnem literatura em educação, psicologia e segurança escolar, com foco em trabalhos empíricos, revisões teóricas e guias de prática que permitissem identificar procedimentos de triagem, indicadores observáveis e protocolos de intervenção (Lakatos, 2010).

Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão prévios para garantir relevância e qualidade, incluíram-se publicações em inglês e português, documentos institucionais e artigos revisados por pares publicados nas últimas duas décadas que tratassem diretamente de avaliação de ameaça, triagem em contexto escolar, indicadores comportamentais em sala de aula e protocolos de manejo, e excluíram-se comentários de opinião, relatórios sem metodologia descrita e estudos que tratassem exclusivamente de violência comunitária sem vínculo com dinâmica escolar (Gil, 2019).

A busca bibliográfica foi estruturada a partir de termos-chave combinados por operadores booleanos para abranger a terminologia utilizada nas áreas envolvidas, entre os descritores privilegiaram-se variações de “*threat assessment*”, “*school violence prevention*”, “*early detection*”, “*classroom indicators*”, “*behavioral threat assessment*” e suas traduções pertinentes ao português, as buscas foram realizadas por meio de filtros por ano, por tipo de publicação e por língua, garantindo rastreabilidade dos registros e reprodução do processo de busca (Lakatos, 2010).

O processo de triagem seguiu duas etapas consecutivas, inicialmente a leitura de títulos e resumos para remoção de itens manifestamente irrelevantes, seguida pela leitura integral dos textos

selecionados para confirmação de pertinência, extração de dados e codificação temática, todas as decisões de inclusão foram registradas em planilha padronizada que documentou motivos de exclusão quando aplicáveis, assegurando transparência no fluxo de seleção (Gil, 2019).

A extração de informações centrou-se em elementos essenciais para a proposta do estudo, tais como objetivos da pesquisa, desenho metodológico, população amostral, instrumentos de detecção e triagem utilizados, indicadores comportamentais descritos, estrutura dos protocolos de intervenção e resultados reportados, essas informações foram sintetizadas em quadros comparativos para facilitar a identificação de convergências, lacunas e boas práticas translacionais para o contexto escolar (Lakatos, 2010).

Para avaliação crítica da qualidade metodológica das publicações, foram aplicados critérios padronizados relativos ao desenho do estudo, rigor na coleta e análise de dados, clareza na descrição dos procedimentos de triagem e possíveis vieses, estudos empíricos tiveram sua validade interna e externa ponderadas, enquanto guias e documentos institucionais foram avaliados quanto à fundamentação empírica e à transparência de procedimentos, permitindo hierarquizar evidências sem desconsiderar contribuições conceituais relevantes (Gil, 2019).

A síntese dos achados utilizou abordagem narrativa temática, combinando sumarização descritiva e análise interpretativa para agrupar os resultados em eixos analíticos correspondentes a: modelos de avaliação de ameaça, indicadores observáveis em sala de aula, estruturas de gestão de risco, integração com serviços de saúde mental e implicações legais e éticas, essa estratégia favoreceu a articulação entre evidências empíricas e recomendações práticas para profissionais escolares e formuladores de política pública (Lakatos, 2010).

Medidas para reduzir vieses de seleção e viés do avaliador foram implementadas, incluem a dupla leitura de um subconjunto de textos críticos, discussão colegiada em caso de divergência sobre elegibilidade e extração, e a manutenção de registro auditável das decisões metodológicas, ressalta-se que a revisão não se pretendeu exaustiva em sentido bibliométrico, mas sim focada em identificar fundamentos teóricos e evidências aplicáveis à detecção precoce em sala de aula (Gil, 2019).

Desse modo, a escolha metodológica alinhou-se aos objetivos do trabalho, pois a revisão bibliográfica permitiu integrar fundamentos teóricos clássicos e diretrizes práticas contemporâneas, subsidiando a construção de propostas de prevenção centradas em detecção precoce, triagem e manejo no ambiente escolar, e estabeleceu base para recomendações que poderão orientar estudos avaliativos futuros e a elaboração de protocolos contextualmente sensíveis às necessidades das instituições educativas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise integrativa dos documentos e estudos selecionados revelou padrões recorrentes sobre detecção precoce de sinais de risco em sala de aula, a eficácia relativa de protocolos de triagem e as lacunas operacionais mais frequentes nas implementações estaduais e distritais, o que permite construir uma síntese comparativa entre indicadores observáveis, mecanismos de resposta e barreiras institucionais à operacionalização de práticas preventivas. A seguir, apresenta-se a Tabela 1, que consolida os principais indicadores identificados, a importância relativa de cada um, as respostas recomendadas pelas instituições escolares e as respectivas fontes bibliográficas que embasam as medidas descritas:

Tabela 1 – Indicadores observáveis de risco em sala de aula, importância relativa e respostas recomendadas

Indicador observável em sala de aula	Importância relativa	Resposta recomendada pela escola	Fonte
Isolamento social e retraimento progressivo	Alta	Registro cronológico, conferência com professores, intervenção psicoeducativa	<i>National Threat Assessment Center (2019)</i>
Queda abrupta de rendimento acadêmico	Alta	Avaliação pedagógica, triagem para dificuldades de aprendizagem e saúde mental	Cornell (2020)
Produções escritas ou falas com conteúdo violento	Alta	Preservação de material, triagem imediata pela equipe de avaliação, investigação contextual	Fein <i>et al.</i> (2004)
Fascínio por incidentes de violência ou símbolos extremistas	Moderada-Alta	Monitoramento, conversa orientadora com apoio psicológico, verificação de redes digitais	<i>National Threat Assessment Center (2018)</i>
Absentismo e evasão frequente	Moderada	Ação intersetorial com família e serviços de saúde, plano de retorno monitorado	<i>Maryland Center for School Safety (2023)</i>
Episódios de desregulação emocional intensa	Alta	Encaminhamento clínico urgente, supervisão reforçada em sala, plano de suporte	Fein <i>et al.</i> (2004)
Evidências digitais preocupantes (postagens, buscas)	Alta	Coleta respeitosa conforme normas de privacidade, triagem técnica, articulação com especialistas	<i>National Threat Assessment Center (2018)</i>

Fonte: A autora (2023)

No contexto norte-americano recente, equipes escolares de avaliação de ameaça passaram a incluir como sinais relevantes não apenas menções diretas a violência, mas também linguagem de ódio dirigida a grupos específicos, manifestações de intolerância ideológica e desumanização de pares, pois esse tipo de polarização tem sido associado ao aumento de tensões escolares e é tratado como fator de risco relacional que pode anteceder escaladas agressivas, sobretudo em comunidades politicamente polarizadas (National Threat Assessment Center, 2018; Borum *et al.*, 2010; U. S., 2022). Da mesma forma, protocolos mais recentes vêm enfatizando que comportamentos considerados “disruptivos” precisam ser interpretados levando em conta condições de neurodesenvolvimento como TDAH, TEA e dislexia, para evitar que sinais de sobrecarga cognitiva ou dificuldades de autorregulação sejam classificados automaticamente como ameaça ou indisciplina, o que é especialmente relevante em sistemas que, como o dos Estados Unidos, enfrentam pressão legal e comunitária para garantir inclusão

e acesso equitativo ao apoio educacional especializado (Rodriguez et al., 1997; Maryland Center for School Safety, 2023). Soma-se a isso o impacto da hiperconectividade e da exposição constante a múltiplos estímulos digitais sobre a atenção sustentada dos estudantes, fenômeno descrito por pesquisadores e por órgãos de saúde pública norte-americanos como um fator que agrava impulsividade, fadiga atencional e queda de pensamento crítico em adolescentes, exigindo que a triagem escolar considere também padrões de distração extrema, conteúdo digital produzido e sinais de ideação hostil em redes sociais, e não apenas comportamentos presenciais (Chung-Fat-Yim et al., 2022; U. S., 2022).

A tabela sintetiza a convergência entre fontes institucionais e estudos empíricos, indicando que a probabilidade de identificação precoce aumenta quando múltiplos indicadores confluem no mesmo estudante, o que legitima abordagens que priorizam a acumulação e a documentação temporal de sinais antes de decisões punitivas ou de escalada para autoridades externas (Cornell, 2020).

Os dados extraídos dos relatórios institucionais mostram que a formação docente e a existência de canais formais de reporte são fatores condicionantes para detecção precoce eficaz, uma vez que a ausência de rotina de registro e a insegurança quanto aos procedimentos legais inibem a comunicação de sinais relevantes pelos profissionais em sala de aula (Maryland Center for School Safety, 2023).

Além disso, verificou-se que protocolos que definem etapas claras notificação, triagem, investigação e manejo reduzem a variabilidade decisional entre equipes, aumentando a transparência e a rastreabilidade das intervenções, prática que especialistas consideram decisiva para reduzir decisões arbitrárias e para proteger direitos dos estudantes enquanto se gerencia risco coletivo (Fein et al., 2004).

A análise comparativa evidencia também uma lacuna empírica relevante, pois embora existam guias e protocolos amplamente difundidos, faltam estudos longitudinais controlados que mensurem de modo robusto o impacto das diferentes estratégias de triagem sobre a redução de incidentes e sobre o bem-estar estudantil, o que recomenda investimento em pesquisa avaliativa e em avaliação de implementação (Silver et al., 2018).

No que tange à integração de evidências digitais, os documentos consultados sinalizam a necessidade de desenvolver procedimentos padronizados para coleta e interpretação de informações online, equilibrando a utilidade dessas pistas para a avaliação de risco com a proteção da privacidade e com salvaguardas legais, tema que se mostra sensível em contextos escolares com diversidade de normas estaduais sobre dados estudantis (National Threat Assessment Center, 2018).

Os protocolos estaduais recentes, quando comparados, indicam variação quanto à composição das equipes e aos níveis de autoridade conferidos a membros específicos, o que implica que a replicação de modelos bem-sucedidos exige adaptação local e capacitação contextualizada, pois



arquiteturas organizacionais distintas demandam fluxos ajustados para manter eficiência sem inviabilizar direitos processuais do estudante (*Virginia*, 2023).

Resultados práticos de implementação mostram que planos de manejo que combinam supervisão, suporte pedagógico e encaminhamento clínico tendem a favorecer reintegração escolar e a minimizar efeitos colaterais de isolamento disciplinar, estratégia que se alinha à recomendação de substituição de práticas punitivas por medidas restaurativas e de suporte técnico (Cornell, 2020).

A discussão revela que os mecanismos de reporte entre pares e entre alunos e adultos são subutilizados em muitas escolas por receio de represálias, por falta de anonimato ou por descrença na efetividade da resposta institucional, portanto recomenda-se investir em campanhas educativas que promovam confiança nos sistemas de triagem e que normalizem a comunicação de preocupações sem estigmatização (*Maryland Center for School Safety*, 2023).

Observou-se também que a capacitação contínua, estruturada em módulos práticos e em simulações de caso, aumenta a sensibilidade para sinais sutis em sala de aula e reduz tanto omissões quanto reações desproporcionais, o que sugere que investimento em formação prática deve ser componente central de qualquer estratégia preventiva escolar (Dwyer *et al.*, 2000).

Os achados indicam que a documentação padronizada, quando utilizada de modo consistente, possibilita análise retrospectiva e aprendizagem institucional, permitindo que escolas identifiquem padrões locais de risco e ajustem protocolos, porém sua eficácia depende da simplicidade dos instrumentos e da aceitação pelos profissionais que os utilizam no cotidiano pedagógico (Fein *et al.*, 2004).

Em termos de políticas, a evidência consultada apoia recomendações para que distritos e estados estabeleçam orientações mínimas obrigatórias sobre composição de equipes, prazos de resposta e requisitos de documentação, mantendo flexibilidade para adaptação local, pois normas claras reduzem incertezas legais e apoiam decisões coerentes em contextos de crise (*National Threat Assessment Center*, 2019).

A partir da síntese, propõe-se que estratégias futuras incorporem monitoramento avaliativo das intervenções implementadas, metas mensuráveis relacionadas à redução de incidentes e indicadores de bem-estar estudantil, bem como mecanismos de feedback para ajuste contínuo de protocolos, o que promoverá base científica para práticas que hoje se apoiam majoritariamente em experiência e consenso técnico (Silver *et al.*, 2018).

Portanto, embora existam avanços consideráveis na sistematização de modelos de avaliação e manejo de ameaças em escolas, a efetividade plena depende da articulação entre formação profissional, rotinas de documentação, integração com serviços de saúde mental e legislação que equilibre proteção comunitária e direitos individuais, desenho que exige governança ativa e recursos dedicados para sua sustentação.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão convergiu para a compreensão de que a detecção precoce de sinais de risco em sala de aula constitui eixo central de qualquer estratégia de prevenção da violência escolar, pois a observação contínua e o registro sistemático transformam percepções isoladas em evidências que permitem intervenções calibradas, sendo necessário que escolas incorporem rotinas práticas de notificação e triagem conectadas a planos de suporte individualizados e a redes de atendimento qualificadas.

Verificou-se que modelos de avaliação de ameaça e protocolos de triagem, quando implementados com clareza de papéis e fluxos decisórios, reduzem a variabilidade das respostas institucionais e favorecem decisões baseadas em evidências, o que exige políticas locais que definam composição de equipes, prazos e formatos de documentação, além de capacitação contínua para que profissionais escolares atuem com segurança e precisão.

A síntese das evidências aponta que a identificação de sinais é mais precisa quando múltiplos indicadores convergem isolamento social, queda de rendimento, manifestações escritas ou verbais preocupantes e evidências digitais portanto as práticas de monitoramento devem privilegiar a acumulação temporal de dados e a análise contextual para evitar decisões precipitadas ou estigmatizantes.

Detectou-se lacuna robusta em avaliações longitudinais sobre eficácia de intervenções específicas, o que recomenda investimento em pesquisa avaliativa que monitore resultados escolares e de bem-estar, por meio de indicadores mensuráveis e estudos controlados que permitam validar protocolos e ajustar práticas conforme evidências empíricas.

A articulação entre escola, família e serviços de saúde mental emergiu como condição de efetividade das intervenções, porque o manejo de risco raramente se resolve dentro dos muros escolares, sendo imprescindível estabelecer canais formais de encaminhamento e mecanismos de seguimento que assegurem continuidade do cuidado e reintegração educativa.

Medidas operacionais como documentação padronizada, formulário de triagem simples e treinamento prático em simulações de caso mostraram-se estratégias pragmáticas para ampliar a adesão dos profissionais, por isso recomenda-se que os distritos adotem ferramentas de fácil uso, com suporte técnico e supervisão institucional que garantam uso consistente e análise retrospectiva dos casos.

No plano normativo, é essencial equilibrar proteção coletiva e direitos individuais, definindo limites claros para compartilhamento de informações e procedimentos de privacidade, assim preservando legitimidade das ações institucionais e evitando práticas punitivas que comprometam a trajetória educativa do estudante; esse equilíbrio requer supervisão legal e orientação técnica permanente.



Os achados discutidos dialogam diretamente com desafios críticos hoje explicitados por redes educacionais norte-americanas, que incluem a violência escolar e risco de ataques armados, a crise de saúde mental entre jovens, a polarização e a intolerância entre pares, a necessidade de garantir inclusão de estudantes neurodivergentes sem estigmatização, o impacto da hiperconectividade digital sobre atenção e impulsividade e o preparo insuficiente do corpo docente para lidar com esse cenário complexo e altamente sensível, sendo que levantamentos nacionais nos Estados Unidos indicam que a maioria dos professores relata preocupação com a possibilidade de um ataque armado em sua escola e, ao mesmo tempo, não se sente plenamente treinada para responder a crises dessa natureza, o que reforça que formação continuada, protocolos claros de triagem e articulação com serviços de saúde mental não são opcionais, mas requisitos estruturais de prevenção e cuidado escolar.

Em conclusão, a detecção precoce em sala de aula funciona como alavanca para transformar ambiente escolar em espaço preventivo e de cuidado, o que demanda compromisso político, investimento em formação e pesquisa contínua, mecanismos operacionais simples e governança responsável, medidas que, se adotadas de forma integrada, aumentam a resiliência das escolas frente a riscos e contribuem para a proteção e o desenvolvimento integral dos estudantes.



REFERÊNCIAS

BORUM, R.; CORNELL, D. G.; MODZELESKI, W.; JIMERSON, S. R. *What can be done about school shootings? A review of the evidence.* Educational Researcher, v. 39, n. 1, p. 27–37, 2010.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). *Youth Risk Behavior Survey: Data Summary & Trends Report: 2011–2021.* Atlanta: U.S. Department of Health and Human Services, 2023.

CHUNG-FAT-YIM, A.; FONG, F.; BIALYSTOK, E. *Bilingualism as a resource for attention control: Implications for education.* Frontiers in Psychology, v. 13, 2022.

CORNELL, D. G. *Threat assessment as a school violence prevention strategy.* 2020.

UNITED STATES. Cybersecurity and Infrastructure Security Agency. *K–12 School Security Guide.* 3rd ed. Washington, DC, 2022.

DWYER, K. P. et al. *Safeguarding Our Children: An Action Guide for Preventing School Violence.* Washington, D.C.: U.S. Department of Education; American Institutes for Research, 2000.

FEIN, R. A. et al. *Threat Assessment in Schools: A Guide to Managing Threatening Situations and to Creating Safe School Climates.* Washington, D.C.: U.S. Secret Service; U.S. Department of Education, 2004.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Metodologia científica.* São Paulo: Atlas, 2010.

DEPAOLI, J.; MCCOMBS, J. *Safe schools, thriving students: what we know about creating safe and supportive schools [Brief].* Palo Alto: Learning Policy Institute, 2023.

MARYLAND CENTER FOR SCHOOL SAFETY. *Behavioral Threat Assessment Implementation Guide.* Maryland: Maryland Center for School Safety, 2023.

MARYLAND CENTER FOR SCHOOL SAFETY. *Guide for Educators: Threat Assessment and Early Intervention in Schools.* Annapolis: MCSS, 2023.

NATIONAL INSTITUTE OF MENTAL HEALTH (NIMH). *Major Depression among Adolescents.* Bethesda, MD: National Institutes of Health, 2021.

NATIONAL THREAT ASSESSMENT CENTER (NTAC). *Enhancing School Safety Using a Threat Assessment Model: An Operational Guide for Preventing Targeted School Violence.* Washington, D.C.: U.S. Secret Service, 2018.

NATIONAL THREAT ASSESSMENT CENTER (NTAC). *Protecting America's Schools: A U.S. Secret Service Analysis of Targeted School Violence.* Washington, D.C.: U.S. Secret Service, 2019.

NATIONAL THREAT ASSESSMENT CENTER (NTAC). *Protecting America's Schools: An Analysis of Targeted School Violence.* Washington, D.C.: U.S. Secret Service, 2019.

PETITTO, L. A.; DUNBAR, K. N. *New findings from educational neuroscience on bilingual brains, scientific reasoning, and learning.* Mind, Brain, and Education, v. 3, n. 4, p. 185–197, 2009.



REUTERS. *Major school shootings in the United States*. 27 mar. 2023.

RODRIGUEZ, C.; KAPLAN, E.; GROSS, J. *Cognitive and behavioral indicators in bilingual neurodiverse students*. Journal of Learning Disabilities, v. 30, n. 3, p. 245–258, 1997.

SILVER, J. et al. *A Study of the Pre-Attack Behaviors of Active Shooters in the United States Between 2000 and 2013*. Washington, D.C.: Federal Bureau of Investigation, U.S. Department of Justice, 2018.

U.S. DEPARTMENT OF EDUCATION. *Guide for Developing High-Quality School Emergency Operations Plans*. Washington, D.C., 2013.

UNITED STATES. Department of Health and Human Services. Office of the Surgeon General. *Social media and youth mental health: the U.S. Surgeon General's Advisory*. Washington, DC, 2023.

VIRGINIA. Department of Criminal Justice Services. Virginia Center for School and Campus Safety. *Threat assessment and management in Virginia public schools: model policies, procedures, and guidelines*. 5th ed. Richmond, VA, 2023.